Despacho Normativo n.º 73/83

Considerando a conveniência de dotar os centros de saúde integrados de médicos especialistas que já desenvolvessem a sua actividade com vínculo definitivo aos Serviços Médico-Sociais;

Visto o disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 254/82, de 29 de Junho:

Ao abrigo do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 254/82, de 29 de Junho, determino que os médicos possuidores de vínculo definitivo aos Serviços Médico-Sociais que trabalhem em áreas de especialidade e sejam especialistas da Ordem dos Médicos ou tenham o grau de assistente hospitalar ou equivalente em pediatria, estomatologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, obstetrícia/ginecologia, patologia clínica, pneumologia e psiquiatria sejam integrados nos mapas dos centros de saúde integrados ou nos centros de saúde mental das administrações regionais de saúde no respectivo grau, desde que para tal se candidatem, sendo-lhes assegurada a integração nos quadros quando cessar o regime de instalação.

Ministério dos Assuntos Sociais, 28 de Fevereiro de 1983. — Pelo Ministro dos Assuntos Sociais, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*, Secretário de Estado da Saúde.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, ENERGIA
E EXPORTAÇÃO**
Despacho Normativo n.º 74/83

O artigo 11.º da Lei Orgânica do LNETI (Decreto-Lei n.º 361/79, de 1 de Setembro, rectificado por declaração inserta no *Diário da República*, de 24 de Novembro de 1979) dispõe, no seu n.º 2, que a composição do conselho geral do LNETI poderá ser alterada por portaria do Ministro da Indústria, Energia e Exportação.

No âmbito do disposto naquele n.º 2, essa composição foi fixada pela Portaria n.º 319/83, de 28 de Março.

Nessa portaria prevê-se que 6 dos membros do conselho geral sejam eleitos, sendo, porém, a lei omissa quanto à definição das regras por que se deve reger tal eleição.

Nestes termos e ao abrigo do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 361/79, de 1 de Setembro, determino que a eleição dos membros do conselho geral do LNETI referidos na alínea e) do n.º 1.º da Portaria n.º 319/83, de 28 de Março, será regulada pelas normas para o efeito aprovadas por despacho do presidente do LNETI.

Ministério da Indústria, Energia e Exportação, 10 de Março de 1983. — O Ministro da Indústria, Energia e Exportação, *Ricardo Manuel Simões Bayão Horta*.

Laboratório Nacional de Engenharia
e Tecnologia Industrial

Portaria n.º 319/83

de 28 de Março

Considerando que convém adaptar a composição do conselho geral do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) à estrutura actual desta instituição;

Considerando que a lei orgânica do LNETI (Decreto-Lei n.º 361/79, de 1 de Setembro) prevê a possibilidade de alteração da composição daquele órgão;

Considerando que se torna necessário concretizar a escolha dos membros eleitos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Indústria, Energia e Exportação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 361/79, de 1 de Setembro, aprovar o seguinte:

1.º O conselho geral do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) é constituído:

- a) Pelo presidente e pelo vice-presidente do LNETI;
- b) Pelos directores dos institutos e dos departamentos não integrados em institutos;
- c) Pelos directores dos serviços de relações exteriores, dos serviços administrativos e dos serviços de finanças e património;
- d) Pelo coordenador da assessoria jurídica;
- e) Por 6 representantes eleitos de entre o pessoal de investigação e técnico superior.

2.º Os membros referidos na alínea e) do número anterior serão eleitos pela forma seguinte:

- a) Um de entre o pessoal dos departamentos do Instituto de Tecnologia Industrial referidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 361/79;
- b) Outro de entre o pessoal dos departamentos do Instituto de Tecnologia Industrial a que se referem as alíneas d) e e) do citado artigo 22.º;
- c) Outro de entre o pessoal dos departamentos do Instituto de Energia referidos nas alíneas a) e b) do artigo 23.º do mesmo decreto-lei;
- d) Outro de entre o pessoal dos departamentos do Instituto de Energia a que se referem as alíneas c) e d) do mesmo artigo 23.º;
- e) Outro de entre o pessoal do Departamento de Protecção e Segurança Radiológica;
- f) Outro de entre todos os departamentos referidos no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 361/79.

3.º O conselho geral é presidido pelo presidente do LNETI e, nas suas ausências ou impedimentos, pelo vice-presidente.

4.º A eleição dos membros referidos na alínea e) do n.º 1 deverá estar ultimada no prazo de 60 dias a contar da data da entrada em vigor da presente portaria.

5.º É revogada a Portaria n.º 522/80, de 14 de Agosto.

6.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Indústria, Energia e Exportação, 10 de Março de 1983. — O Ministro da Indústria, Energia e Exportação, *Ricardo Manuel Simões Bayão Horta*.